



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

## SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

### AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

Nº. 279/005-2024

O Município de Paverama, pessoa jurídica de direito público, CNPJ/MF Nº 91.693.317/0001-06, com sede na Rua Jacob Flach, 222, Bairro Centro, representado neste município, na pessoa do Prefeito o Sr. Fabiano Merence Brandão, no uso de suas atribuições e com base na Constituição Federal do Brasil, na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, na Lei Federal 6.938/81, na Lei Complementar 140/2011, na Resolução CONAMA 237/97, nas Leis Municipais, na Resolução CONSEMA 372/2018 e supervenientes e com base nos autos do processo administrativo nº. 1533/2024 expede a presente **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL** ao:

**REQUERENTE:** Município de Paverama

**CNPJ:** 91.696.317/0001-06

**ENDEREÇO:** Rua Jacob Flach nº 222, Bairro Centro

**MUNICÍPIO:** Paverama/RS

### 2. EMPREENDIMENTO:

**LOCALIZAÇÃO:** Rua José E. de Vargas, Distrito Fazenda São José, Paverama/RS

**CODRAM:** 3457,00 - Implantação ou ampliação de infraestrutura de mobilidade acesso/ viadutos/ vias municipais em zona urbana

**ZONEAMENTO:** Urbano

**COORDENADAS GEOGRÁFICAS (DATUM SIRGAS-2000):**

**PONTO INICIAL:** Lat.: 29°31'13.76"S; Long.: 51°48'16.31"O

**PONTO FINAL:** Lat.: 29°31'13.86"S; Long.: 51°48'19.81"O

**COMPRIMENTO DO TRECHO:** 95,30 m

**ÁREA A SER PAVIMENTADA:** 619,80 m²

**PORTE:** Pequeno

**POTENCIAL POLUIDOR:** Baixo

**A PROMOVER A ATIVIDADE DE:** Pavimentação com bloco intertravado (PVS), microdrenagem, sinalização horizontal/vertical com uma extensão de 95,30 metros junto à Rua José E. de Vargas, Distrito Fazenda São José, Município de Paverama.

### CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES

#### 1. Quanto ao empreendimento:

1.1. Deverão ser respeitadas as nascentes, olhos d'água, banhados, arroios ou sangas, com suas respectivas Áreas de Preservação Permanente – APPs, conforme o Código Florestal Federal – Lei nº 12.651/2012 e o Código Estadual do Meio Ambiente – Lei nº 15.434/2020, não estando previstas intervenções nestas áreas;

1.2. As obras de execução do sistema viário devem levar em consideração os aspectos litológicos, pedológicos, hidrológicos e geomorfológicos (declividade) do terreno, bem como atender medidas de controle de erosão, a fim de evitar o carreamento do solo e consequentemente assoreamento de corpos hídricos;

1.3. Deverão ser implantadas medidas de controle de erosão e deslizamentos, para amenizar os efeitos erosivos provocados pelo decapeamento/intervenção do solo;

Rua Jacob Flach, 222 - CEP 95865-000  
CNPJ/MF: 91.693.317/0001-06 - Fone: (51) 3761-1044  
e-mail: gabinete@paverama.rs.gov.br  
www.paverama.rs.gov.br



VALORIZANDO O SER HUMANO  
GOVERNANDO PARA TODOS





# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

- 1.4. Deverá ser atendida a Resolução CONAMA 307/2002, quanto a geração de resíduos sólidos da construção civil, não podendo os mesmos serem dispostos na área do empreendimento;
- 1.5. As águas de escoamento superficial deverão ser conduzidas por sistema de drenagem que evite erosão a jusante e o arraste de solo e outros materiais;
- 1.6. Deverá adotar medidas para prevenir a erosão dos taludes e deslocamento de sedimentos de solo, assim como, do deslocamento de material particulado (pó de argila) pelo ar, podendo para este último ser aplicada água sobre o local;
- 1.7. Deverá ser previsto no projeto construtivo desse empreendimento a minimização de áreas impermeáveis, bem como medidas de compensação daquelas áreas que serão impermeabilizadas, utilizando técnicas adequadas para a infiltração das águas de chuva no solo, objetivando a recarga do nível freático, de maneira a contribuir com a preservação dos aquíferos;
- 1.8. Deverão ser seguidas todas as normas relativas à segurança do trabalho;
- 1.9. Em caso de utilização de explosivos para desmonte de rocha, deverá buscar as devidas autorizações/licenças nos órgãos competentes;
- 1.10. Não está autorizada a movimentação e transporte de solo para fora dos limites da obra.
- 1.11. Caso haja necessidade de supressão de vegetação nativa, deve ser apresentado projeto de corte e supressão ao Departamento de Meio Ambiente.

## **2. Quanto à preservação Ambiental:**

- 2.1. O empreendimento deverá zelar pela conservação, proteção e preservação ambiental do local.

## **3. Quanto aos Efluentes Líquidos:**

- 3.1. Não está autorizada a geração de efluentes líquidos na atividade.

## **4. Quanto às Áreas de Tancagem:**

- 4.1. Caso a obra possuir áreas de tancagem e de injeção de combustível, as mesmas deverão ser impermeabilizadas e protegidas por bacias de contenção, conforme NBR 17.505 da ABNT, de modo a evitar a contaminação da área por possíveis vazamentos;
- 4.2. A área de parada dos caminhões para abastecimento dos tanques, caso ocorra na obra, deverá ser impermeabilizada, de modo que o sistema de bombeamento/recalque do veículo fique sobre essa área durante o procedimento de abastecimento e, haja previsão de drenagem para um sistema de coleta/contenção adequado.

## **5. Quanto às Emissões Atmosféricas:**

- 5.1. Os níveis de ruído gerados pela atividade industrial deverão estar de acordo com a NBR 10.151, da ABNT, conforme determina a Resolução CONAMA N.º 01, de 08 de março de 1990;
- 5.2. Deverão ser adotadas medidas de controle para as operações de recebimento, armazenagem e transferência de matérias-primas, de modo a evitar a emissão de material particulado para a atmosfera ou incômodo à população.

## **6. Quanto aos Resíduos Sólidos:**

- 6.1. Os resíduos sólidos – RSs gerados pela atividade deverão ser segregados, identificados, classificados e acondicionados para armazenagem temporária na área objeto deste licenciamento, em local coberto, fechado, com piso impermeabilizado e previsão de sistema de contenção adequado, observando as Normas Técnicas da ABNT NBR 12235/1992 e a NBR 11174/1990, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final adequada dos mesmos;
- 6.2. Deverá apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, juntamente com a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;
- 6.3. Deverá ser verificado o licenciamento ambiental das empresas ou centrais para as quais seus resíduos estão sendo encaminhados, e atentado para o seu cumprimento, pois, conforme o Artigo





# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

195 da Lei nº 15.434/2020, a responsabilidade pela destinação adequada dos resíduos é da fonte geradora, independentemente da contratação de serviços de terceiros;

6.4. O transporte dos resíduos perigosos (Classe I, de acordo com a NBR 10.004 da ABNT) gerados no empreendimento, somente poderá ser realizado por veículos licenciados pela FEPAM para Fontes Móveis com potencial de poluição ambiental, devendo ser acompanhado do respectivo Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR;

6.5. As substâncias inflamáveis deverão ser armazenadas conforme a NBR 17.505 e legislação vigente;

6.6. É proibida a armazenagem e destinação de qualquer resíduo sólido em locais sem piso e sem cobertura.

## **7. Quanto aos Riscos Ambientais e Planos de Emergência:**

7.1. Deverá ser prevista a implantação de equipamentos de segurança em todas as instalações que oferecem riscos, em conformidade com as normas vigentes;

7.2. Deverá ser mantido plano de emergência para casos de acidentes.

**O processo deve passar pela aprovação do Setor de Planejamento e Engenharia do município, quanto às características da construção civil e drenagem pluvial.**

**Havendo alterações na atividade, as mesmas devem ser previamente licenciadas junto ao DEMMA.**

**Caso ocorra descumprimento das condições e restrições, o empreendedor estará sujeito às penalidades previstas em Lei.**

**Este documento não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.**

**Este documento perderá sua validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade ou algum prazo estabelecido nas condições descritas anteriormente seja descumprido.**

Paverama/RS, 17 de Junho de 2024.

A presente Autorização será válida até a data de 17/06/2025.

**Fabiano Merence Brandão**  
Prefeito Municipal

**Maurício Marques da Silva**  
Secretário Municipal de Agricultura  
e Meio Ambiente